JUSTIÇA FEDERAL
2a. Região
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Av. Almirante Barroso, 78 – 8º andar –Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3218-9781

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto
1ª. Reunião do Comitê Técnico para Gestão de Demandas

Data / Local / Tipo de evento
07/06/2018, às 17 h na sala 1003, Rua do Acre, 80

Participantes
COPREL: Alberto Cima, Ana Luisa Carneiro, Katia Gargano COSIGP: Paulo Henrique Duarte COABDA: Helder Lacerda, Luis Antônio DISUS: Terezinha Frydman, Neimar Torres COSADM: João Luis Moreira COSOPI: Pergentino Alves

Divulgação
Por e-mail em 06/06/2018

Pauta Original
1) Acordo da metodologia de funcionamento do comitê 2) Seleção das demandas que farão parte da primeira proposta

Andamento e Definições
1) A reunião foi aberta pelo Alberto que explicou que o convite de participação foi feito a titulares e substitutos dos representantes de cada setor no Comitê, a fim de garantir que todos estejam cientes e de acordo com o funcionamento do Grupo, cujos procedimentos seriam definidos durante a reunião. 2) Foi citado que o Comitê trabalharia no nível tático- operacional, classificando, ordenando e criando uma proposta de trabalho periódica de atendimento a demandas, para ser encaminhada ao CGTIC para aprovação. 3) Foi apresentado um infográfico sobre como as empresas costumam priorizar as suas demandas de TI, obedecendo aos seguintes critérios, em ordem decrescente de criticidade: Obrigatoriedade Legal, Obrigatoriedade Corporativa/Auditoria, Saúde do Ambiente, Demandas Estratégicas e Demandas Comuns (vide Anexo I). 4) No infográfico, as demandas foram divididas em três tipos: Incidentes e Problemas (que não seriam objeto de priorização), Projetos Pequenos (que seriam analisados pelo Comitê) e Grandes Projetos (que seriam divididos em pequenos subprojetos para análise do Comitê) . 5) Foi observado que os projetos estruturantes estão relacionados à saúde do ambiente. 6) Em seguida, foi sugerido que a priorização fosse feita com base nos critérios importância e urgência, conforme tabela apresentada no anexo II. A importância pode ser dimensionada de acordo com a criticidade do item 3 desta Ata, enquanto que a urgência pode ser definida junto ao gestor de negócio de cada demanda.

7) Foi sugerido ainda um terceiro critério baseado na complexidade da solução, que seria usado como desempate na ordenação das demandas. A complexidade de cada item deve ser estimada pelas equipes técnicas.
8) João Luis e Paulo Henrique apresentaram metodologia de priorização proposta pelo Diretor da SINF, concebida com base em múltiplos critérios, conforme anexo III. Foi observado que o Diretor da STI elogiou a sugestão e propôs que o peso de projetos estruturantes fosse maior.
9) O grupo concordou em juntar os critérios apresentados numa metodologia de classificação e ordenação a ser aplicada pelos participantes do Comitê, conforme anexo IV.
10) O Alberto levou ao grupo a sugestão de se adotar o conceito de planejamento quadrimestral para o atendimento de demandas, conforme já foi feito no passado. Segundo essa sugestão, a cada quadrimestre a STI proporia a Administração, uma relação de demandas que seriam atendidas com escopo definido de entregas. A cada nova necessidade intempestiva, a proposta deverá ser revista com eventuais substituições de demandas.
11) Ana Luisa e Luis Antônio sugeriram a adoção da ferramenta Trello e da metodologia Agil já usada nos trabalhos de desenvolvimento atualmente. Associando-se esta sugestão às colocações do item 10 da Ata, o portfólio de demandas constituiria o "Back Log", enquanto que teríamos um "Sprint" de 4 meses (quadrimestre). Seria a missão do Comitê Técnico propor as demandas que fariam parte de cada "sprint" e acompanhar a execução do mesmo por meio de reuniões periódicas.
12) O grupo observou ainda que quadrimestres possuem números diferentes de dias úteis e que isso deve ser levado em consideração na montagem de cada "sprint".
13) Foi combinado que, inicialmente, serão realizadas reuniões quinzenais do Comitê para o acompanhamento dos projetos do "Sprint".
14) Por fim, a relação de demandas será enviada pela COPREL para os participantes do Comitê Técnico, para que estes:
    a. Atualizem o percentual de execução da demanda (100% para aquelas já atendidas)
    b. Sugiram a inclusão de demandas (sub o ponta de vista dos usuários) que tenham conhecimento e que não constem na lista
    c. Classifiquem os critérios "Saúde do Ambiente", "simplicidade" e "urgência" (este último caso tenham a informação do usuário) de acordo com o anexo IV
15) As demandas da SAJ e da SGP não serão avaliadas neste momento, visto que os projetos ePROC e SERH já foram priorizados.
16) Após a revisão do item 14 da Ata, o Comitê se reunirá para definição do primeiro "Sprint", que será submetido ao CGTIC.

Próximas Atividades

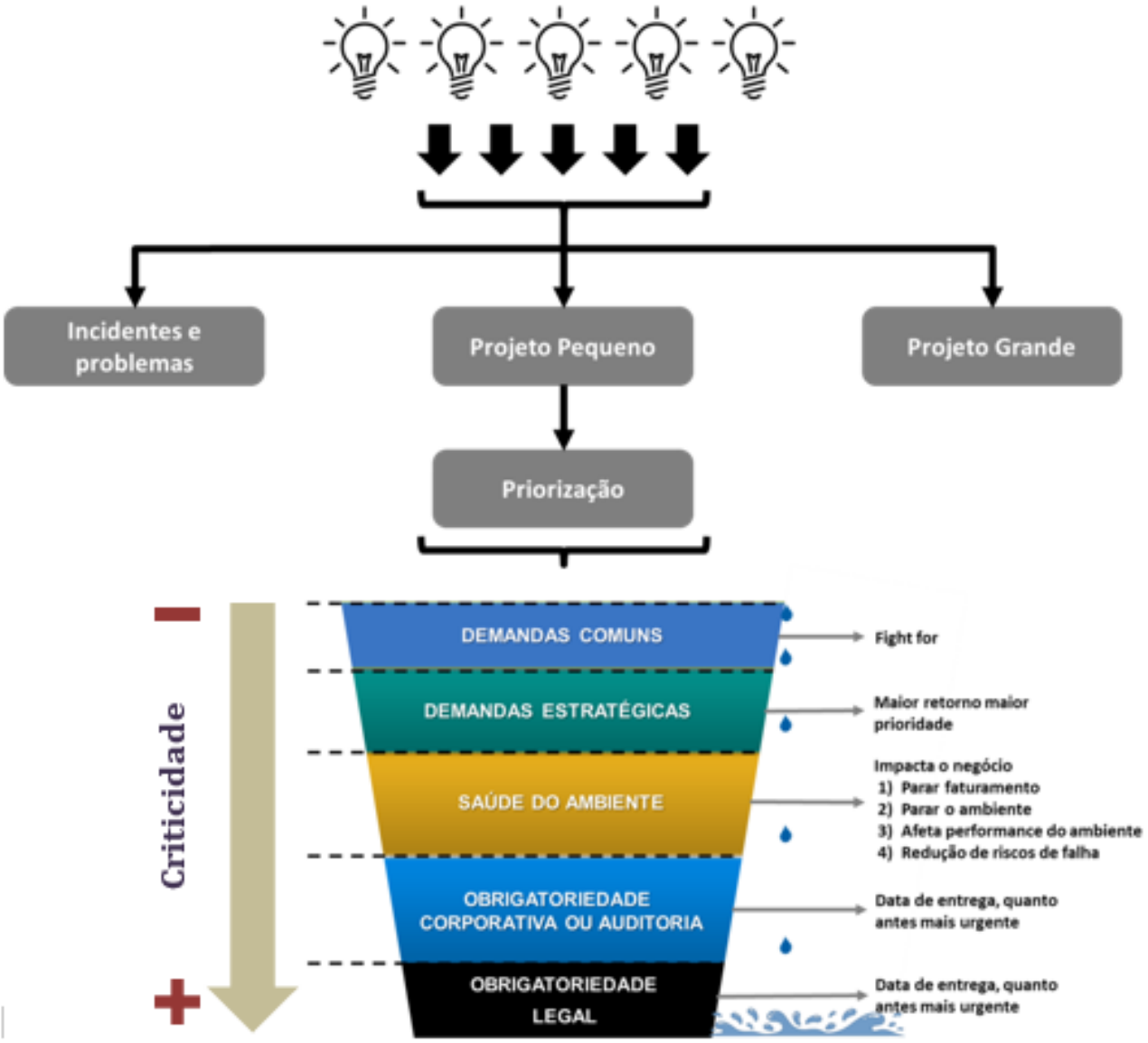
ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Encaminhar planilha de demandas ao Comitê Técnico	COPREL	8/06/2018
2	Revisar a planilha e preencher os itens "Saúde do Ambiente", "simplicidade" e "urgência" das demandas de sua área (Desenvolvimento, Infra ou Atendimento)	Comitê Técnico	13/06/2018
3	Convocar Nova reunião do Comitê para montagem do sprint "Julho a Outubro"	COPREL	15/06/2018
4			
5			
6			
7			

Informações complementares

Autenticação
Não havendo um e-mail contrário no prazo de 2 dias úteis, a ata será considerada atestada pelos presentes.

ANEXO I

Representação gráfica sobre como empresas de forma geral priorizam demandas de TI



ANEXO II

Pontuação da Prioridade de acordo com os critérios Importância x Urgência

Imp/Urg	Baixa	Normal	Alta
Baixa	2	3	4
Normal	3	4	5
Alta	4	5	6

ANEXO III
Critério de Priorização Proposto pela Direção da SINF.

De forma a orientar a alocação de nossos recursos, definimos internamente 4 critérios de pontuação das demandas, conforme abaixo:

DETERMINAÇÃO LEGAL OU DA ADMINISTRAÇÃO (A) - Peso 3

Pontua as iniciativas em função de cumprimento de lei ou de determinação da Presidência/Corregedoria/Dirfo

5 (sim); 0 (Não);

SIMPLICIDADE (B) - Peso 1

Analisa a abrangência do projeto e o esforço institucional alocado para sua implementação

5 (muito alta - até 1m); 4 (alta - até 2m); 3 (média até 3m); 2 (baixa- até 5m); 1 (muito baixa- até 7m); 0 (extremamente baixa - acima de 7m)

ESTRUTURANTE (C) - Peso 1

Relevância da ação para a efetivação de projetos estruturantes vinculados.

5 (muito alto); 4 (alto); 3 (médio); 2 (baixo); 1 (muito baixo); 0 (nenhum)

Redução de custo (D) - Peso 1

Impacto previsto da ação na redução de custos orçamentários

5 (acima de 1 milhão); 4 (entre 700 e 999 mil); 3 (entre 500 e 699 mil); 2 (entre 300 e 499 mil); 1 (entre 100 e 299 mil); 0 (até 99 mil)

ANEXO IV
Critérios de Classificação e Ordenação propostos para Uso pelo Comitê Técnico

ESTRATÉGIA (A) - Peso 3

Pontua as iniciativas em função de cumprimento de lei ou de determinação da Presidência/Corregedoria/Dirfo

5: Obrigatoriedade Legal com Prazo definido
4: Obrigatoriedade Legal sem prazo / Achado de Auditoria / Determinação pela Administração
2: Projeto considerado estratégico pela Administração
0: Outros

SAÚDE DO AMBIENTE (B) - Peso 2

Relevância da ação para a efetivação de projetos estruturantes vinculados.

5: Afeta a Continuidade/Disponibilidade de serviços críticos (muitos usuários/jurisdicionados)
4: Afeta o Desempenho de serviços críticos
3: Simplifica o gerenciamento/ambiente tecnológico
2: Afeta imagem/confiabilidade da STI
0: Outros

Redução de custo (C) - Peso 1

Impacto previsto da ação na redução de custos orçamentários

5: acima de 1 milhão
4: entre 700 e 999 mil
3: entre 500 e 699 mil
2: entre 300 e 499 mil)
1: entre 100 e 299 mil)
0: até 99 mil

SIMPLICIDADE (D) - Peso 1

Analisa a abrangência do projeto e o esforço institucional alocado para sua implementação

5: muito alta - até 1 mês
4: alta - até 2 meses
3: média até 3 meses
2: baixa- até 5 meses
1: muito baixa- até 7 meses
0: extremamente baixa - acima de 7 meses

URGÊNCIA (E) – Peso 1

5: Intempestiva
4: Muito alta – risco financeiro
3: Alta – Não há solução alternativa, e há prazo
2: Normal – Não há solução alternativa, porém não há prazo
1: Baixa – Há solução alternativa em uso
0: A/D – A definir